



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA DA EMPREITADA: CENTRO INTERPRETATIVO DO BARROCO/IGREJA DO ESPIRITO SANTO – OBRAS DE REABILITAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO” ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL JRTORRES – CONSULTORES DE ENGENHARIA, LDA, DE VIANA DO CASTELO [PF 303/2017] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **4 de julho de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal de 26 de junho de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Engº José Jorge Pinto Ribeiro Torres, casado, natural da freguesia de Gavião, concelho de Vila Nova de Famalicão, residente no lugar das Cachadas, nº 1, freguesia de Geraz do Lima (Santa Maria), concelho de Viana do Castelo, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, com poderes para este ato, em representação da sociedade comercial por quotas, denominada “**JRTORRES – CONSULTORES DE ENGENHARIA, LDA**”, com sede na Rua da Bandeira, nº 162-1º, Viana do Castelo, matriculada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho, com a matrícula correspondente ao número fiscal de contribuinte **502437537**, com o capital social de € 50.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato,

nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Deliberação da Câmara Municipal de **26 de junho de 2017**, adjudicou, por Ajuste Directo, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada da segunda outorgante, a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA EM OBRA DA EMPREITADA: CENTRO INTERPRETATIVO DO BARROCO/IGREJA DO ESPIRITO SANTO - OBRAS DE REABILITAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO”**. -----

Pela referida Deliberação da Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º nº 2, do Código dos Contratos Públicos. -

Segunda: 1. O preço contratual, correspondente à proposta adjudicada, é de € **55.349,00 (cinquenta e cinco mil trezentos e quarenta e nove euros)**, mais IVA, à taxa legal em vigor. -----

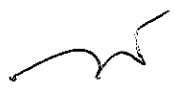
2. De acordo com a proposta de honorários, o preço da adjudicação será pago em 13 prestações mensais e sucessivas, sendo 12 de € **4.350,00** (quatro mil trezentos e cinquenta euros), cada, e a última de € **3.149,00** (três mil cento e quarenta e nove euros), a que acresce o IVA, à taxa legal em vigor. -----

Terceira: O prazo de prestação dos serviços adjudicados é de **365 dias, com início na data da assinatura deste contrato**. -----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato será efetuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente factura. -----

Quinta: 1 - Os encargos resultantes deste contrato serão satisfeitos pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----



- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e serviços;
Subagrupamento 02 – Aquisição de serviços; **Rubrica 25** – Outros serviços; **Alínea 99** - Outros. -----

Sexta: 1. A assunção de compromissos plurianuais relativos ao presente contrato foi precedida de autorização prévia genérica da Assembleia Municipal, conferida na sessão ordinária realizada em 23 de novembro de 2016, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso), e do artigo 12º da Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho. -----

2. Os referidos compromissos plurianuais serão repartidos em conformidade com o plano de pagamentos apresentado pela adjudicatária, da seguinte forma, IVA incluído: -----

- No ano de 2017 – € 32.103,00; -----

- No ano de 2018 – € 35.976,27. -----

Sétima: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

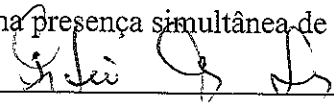
Nona: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----



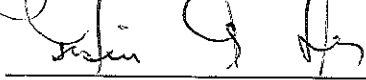
Décima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Décima Primeira: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obriga a realizar a prestação de serviços objeto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **16/03/2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Viana do Castelo, em **30/06/2017**, comprovativa de que a sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Certidão permanente com o código de acesso 2015-8350-6310, subscrita em 27-10-2016 e válida até **27-10-2017**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **83/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O nº **37**